

**DICIONÁRIO TEMÁTICO
DESENVOLVIMENTO
E QUESTÃO SOCIAL**

**81 PROBLEMÁTICAS
CONTEMPORÂNEAS**

COLEÇÃO TRABALHO E CONTEMPORANEIDADE

Direção: Jacob Carlos Lima, Iram Jácome Rodrigues, José Ricardo Ramalho

A coleção Trabalho e Contemporaneidade tem por objetivo reunir livros que abordem questões do mundo do trabalho nos dias de hoje, reconhecendo a diluição das fronteiras entre o trabalho e outras esferas da vida social e a necessidade de criar novos olhares sobre temas clássicos das Ciências Sociais. Pretende estimular o debate e a pesquisa sobre as novas dimensões do trabalho em termos espaciais, organizacionais, identitários e tecnológicos, articuladas em dinâmicas locais e globais, ampliando as possibilidades de abordagens plurais sobre as vicissitudes do trabalho na sociedade contemporânea.

Conheça os títulos desta coleção no final do livro.



DICIONÁRIO TEMÁTICO DESENVOLVIMENTO E QUESTÃO SOCIAL

81 PROBLEMÁTICAS
CONTEMPORÂNEAS

Anete B. L. Ivo (coord.)

Elsa Kraychete, Ângela Borges,
Cristiana Mercuri, Denise Vitale, Stella Senes


ANNA BLUME

 **CNPq**
Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico

fapesb 
Fundação de Amparo
à Pesquisa do Estado da Bahia

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP

1961 Ivo, Anete Brito Leal, Coord.
Dicionário temático desenvolvimento e questão social: 81 problemáticas contemporâneas. /
Coordenação de Anete Brito Leal Ivo, Elsa S. Kraychete, Ângela Borges, Cristiana Mercuri, Denise
Vitale e Stella Sennes. Apresentação da Equipe de Organização do Dicionário. – São Paulo: Annablume;
Brasília: CNPq; Salvador: Fapesb, 2013. (Coleção Trabalho e Contemporaneidade).
564 p. ; 16x23 cm

ISBN 978-85-391-0594-6

1. Desenvolvimento Sustentável. 2. Políticas Públicas. 3. Políticas Sociais. 4. Desenvolvimento Urbano.
5. Desenvolvimento Social. 6. Estado (de Bem Estar). 7. Trabalho; Desigualdades. 8. Direitos Sociais. I. Título.
II. Série. III. Ivo, Anete Brito Leal. IV. Kraychete, Elsa S. IV. Borges, Ângela. V. Mercuri, Cristiana. VI. Vitale,
Denise. VII. Sennes, Stella.

CDU 316.4(038)
CDD 320.6

Catalogação elaborada por Ruth Simão Paulino

DICIONÁRIO DESENVOLVIMENTO E QUESTÃO SOCIAL

Produção

Coletivo Gráfico Annablume

Projeto gráfico e arte final

Dadá Marques

Edição e coordenação do dicionário

Anete B. L. Ivo

Assistente de edição do dicionário

Mateus Santos

Revisão

Ana Maria de Carvalho Luz

Traduções

Anete B. L. Ivo, Sergio Lamarão, Denise Vitale e Elsa S. Kraychete

CONSELHO EDITORIAL

Conselho Editorial

Eduardo Peñuela Cañizal

Norval Baitello junior

Maria Odila Leite da Silva Dias

Celia Maria Marinho de Azevedo

Gustavo Bernardo Krause

Maria de Lourdes Sekeff (*in memoriam*)

Pedro Roberto Jacobi

Lucrécia D'Alessio Ferrara

1ª edição: novembro de 2013

© Anete Brito Leal Ivo (Coord.); Elsa S. Kraychete; Ângela Borges; Cristiana Mercuri; Denise Vitale e Stella Sennes
Apoio: FAPESB – Edital nº 019- 2010 – Ação Referência e CNPq – Edital Universal – nº 14 – 2012

ANNABLUME editora . comunicação
Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 554 . Butantã
05415-020 . São Paulo . SP . Brasil
Tel. e Fax. (011) 3539 0226 – Televidas 3539 0225
www.annablume.com.br

AGRADECIMENTOS

O dicionário *Desenvolvimento e a Questão Social* é parte de um projeto com o mesmo título, executado no Centro de Recursos Humanos da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (CRH-FFCH-UFBA) desde final de 2010, e conta com a colaboração de pesquisadores de várias unidades de ensino e pesquisa dessa Universidade: o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (PPGCS-FFCH); o Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Milton Santos (IHAC), especialmente o Laboratório Análise de Política Mundial (LABMUNDO); o Instituto de Psicologia (IPS); e, externamente, o Mestrado Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador (MPS-C-UCSAL). O projeto recebeu apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), mediante o Edital nº 019/2010 Ação de Referência de 2010, e do Edital Universal nº 14- 2012 do CNPq, e foi realizado na vigência da bolsa de produtividade de pesquisa do CNPq da coordenadora do projeto.

Ele está vinculado a diferentes linhas de pesquisa: “Espaço, poder e desigualdades sociais”, do Centro de Recursos Humanos, instituição executora do projeto; as linhas de pesquisa “Trabalho e Desigualdades” e “Democracia, Estado e Movimentos Sociais”, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (FFCH-UFBA). Participa também dos seguintes grupos de pesquisa: Laboratório Análise de Política Mundial (LABMUNDO-UFBA) e o Núcleo de Estudos do Trabalho (NET) do Mestrado de Políticas Sociais e Cidadania da UCSAL.

Agradecemos a todos os autores que generosamente contribuíram com suas reflexões, sugestões de temas e novos autores para este dicionário e, aos dirigentes das instituições, grupos e redes de pesquisa que acolheram e confiaram nesse trabalho, em especial aos professores Jair Batista da Silva e Clovis Zimmermann, respectivamente coordenadores do CRH e PPGCS na FFCH-UFBA e à professora Ângela Borges, coordenadora do Mestrado de Política Social e Cidadania na UCSAL que apoiaram este projeto no âmbito das atividades desses centros de pós-graduação e pesquisa, bem como ao professor Enrique Valencia Solano, coordenador do Grupo de trabalho Pobreza e Políticas Sociais do CLACSO (Consejo Latino Americano de Ciencias Sociales), que apoiou e colaborou com essa obra. O nosso particular agradeci-

mento aos diretores da coleção “Trabalho e Contemporaneidade” da Editora Annablume, Jacob Carlos Lima, Iram Jácome Rodrigues e José Ricardo Ramalho, que recomendaram a publicação dessa obra.

Registramos nosso especial agradecimento a Ana Maria de Carvalho Luz, pela revisão de linguagem e aconselhamentos sábios na estruturação do dicionário; a Dadá Marques, pela composição e arte final do miolo do dicionário, com grande profissionalismo; a Dôra Alencar pelo apoio técnico sempre presente; a Marina Pacheco, bolsista de iniciação do projeto (abr. 2011 - jan. 2013) que participou do projeto no suporte aos levantamentos de informações para o site; e a Mateus Santos pela assistência editorial a este dicionário.

A todos os colegas e estimuladores deste trabalho o nosso muito obrigado.

EQUIPE DE ORGANIZAÇÃO DO DICIONÁRIO

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
A	17
AÇÃO COLETIVA – Luta Contra a Pobreza	17
AJUDA HUMANITÁRIA E ASSISTENCIALISMO	25
B	29
BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC)	29
BRICS – Controvérsias e Atualidade	36
C	44
CEPAL – Noção de Desenvolvimento	44
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	53
CONCENTRAÇÃO DE RENDA E DESIGUALDADES	59
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO	64
COOPERAÇÃO NORTE-SUL	73
COOPERAÇÃO SUL-SUL	79
CRISE	84
D	93
DESENVOLVIMENTO – Atualização da Noção	93
DESENVOLVIMENTO E ATORES SOCIAIS	102
DESENVOLVIMENTO E DEMOCRACIA – Dilemas e ‘Trilemas’ da Modernidade	110
DESENVOLVIMENTO E PACTO SOCIAL	116
DESENVOLVIMENTO E POVOS TRADICIONAIS	123
DESENVOLVIMENTO E SEGURANÇA HUMANA	129
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	135
DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E TERRITÓRIO	144
DESIGUALDADE E CRESCIMENTO	153
DESIGUALDADE E DESENVOLVIMENTO	161

DIREITO E PROTEÇÃO SOCIAL – Nova Institucionalidade	168
DIREITOS HUMANOS E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	176
DIREITOS HUMANOS E COOPERAÇÃO SUL-SUL	182
DIREITOS HUMANOS E QUESTÃO SOCIAL	190
DIVERSIDADE CULTURAL	196
E	201
ECONOMIA DOS SETORES POPULARES	201
EFICÁCIA – Ajuda Internacional para o Desenvolvimento	206
ESFERA PÚBLICA, DEMOCRACIA E DESIGUALDADES SOCIAIS	215
ESTADO E POLÍTICAS DE SAÚDE	222
ESTADO SOCIAL	227
F	232
FAMÍLIA E TRABALHO	232
FAVELA	236
G	242
GÊNERO E DESENVOLVIMENTO	242
GESTÃO DA POBREZA	247
GLOBALIZAÇÃO DOS ALIMENTOS E TRABALHO	252
I	257
INSCRIÇÃO SOCIAL DA POBREZA – Cadastro Único	257
INSPEÇÃO DO TRABALHO	261
INSTITUCIONALIDADE SOCIAL	267
J	275
JUSTIÇA SOCIAL	275
JUVENTUDE, CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO	281
M	288
MARGEM [a noção de]	288
MATRIARCALIDADE, QUESTÃO RACIAL E POBREZA	291
MEDIDAS DE POBREZA	298
MERCADO DE TRABALHO	303

MOVIMENTOS SOCIAIS	309
MOVIMENTOS SOCIAIS E DESENVOLVIMENTO	319
N	325
NEODESENVOLVIMENTISMO	325
NOVA INFORMALIDADE	330
O	336
ONU E A AGENDA DE DESENVOLVIMENTO	336
P	343
PARTICIPAÇÃO CIDADÃ DO IDOSO	343
PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL	349
PARTICIPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	358
POBREZA E CAPITALISMO	363
POLÍTICAS SOCIAIS	369
PRECARIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO	373
Q	381
QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL	381
QUESTÃO DE GÊNERO	386
QUESTÃO SOCIAL	389
QUESTÃO SOCIAL COMO QUESTÃO PÚBLICA	393
QUESTÃO SOCIAL E 'LUMPEN'	400
QUESTÃO URBANA E QUESTÃO SOCIAL	404
R	412
REDISTRIBUIÇÃO, RECONHECIMENTO E QUESTÃO SOCIAL	412
RENDA BÁSICA DE CIDADANIA	417
REPRODUÇÃO E TRABALHO	422
REPÚBLICA, REPRESENTAÇÃO E DESIGUALDADE SOCIAL	428
S	436
SAÚDE E DESENVOLVIMENTO	436
SEGREGAÇÃO URBANA	442
SEGURIDADE SOCIAL E PROTEÇÃO SOCIAL	449
SINDICALISMO E DESIGUALDADES RACIAIS	455

SISTEMA-MUNDO E AMÉRICA LATINA	460
SISTEMAS DE SAÚDE	467
SOCIEDADE CIVIL E DESENVOLVIMENTO	473
SOLIDARIEDADE FAMILIAR	481
T	487
TRABALHO DECENTE E TRABALHO DIGNO	487
TRABALHO ESCRAVO	493
TRABALHO INFANTIL	500
TRABALHO, POBREZA E PROTEÇÃO SOCIAL	508
TRABALHO, SAÚDE E MEIO AMBIENTE	515
TRANSFERÊNCIAS MONETÁRIAS CONDICIONADAS (TMC) – AMÉRICA LATINA	521
U	528
UNIVERSALISMO E FOCALIZAÇÃO	528
ÍNDICE DE TEMAS E VERBETES	535
LISTA DE AUTORES	543

APRESENTAÇÃO

O tema deste dicionário, *Desenvolvimento e Questão Social*, pela sua relevância e centralidade na compreensão da ordem social contemporânea, questiona permanentemente um regime de acumulação e crescimento, e as formas de integração social pelo trabalho, as condições de reprodução, proteção social e da cidadania. Nesse sentido, ultrapassa a perspectiva sistêmica e programática da ação governamental (expressa em planos, projetos e programas econômicos e sociais) ou as normativas das agências de desenvolvimento multilaterais para indagar-se, permanentemente, sobre as condições sociais de construção da política, as formas regulatórias da economia e os encaminhamentos da questão social. A construção política do desenvolvimento traz implícita, como contraponto crítico ao desenvolvimento econômico, uma demanda normativa de bem-estar e justiça social, que dialoga com a herança passada e as possibilidades do presente, de forma a orientar e explicitar as contradições que determinam a questão social do nosso tempo.

Como os dilemas contemporâneos do desenvolvimento dialogam com a herança política, social e econômica do país? Como o modo específico de as sociedades nacionais formularem projetos de desenvolvimento integra (mas também resiste aos) movimentos de hegemonia, no âmbito da ordem mundial? Como os “regimes de verdades”, que reafirmam as normativas das agências multilaterais, constituíram uma “comunidade epistêmica” que influencia opções dos governos em relação às políticas e aos direitos sociais? Qual o caráter inovador e quais as possibilidades específicas dessas políticas, do ponto de vista da seguridade econômica e do bem-estar social? Como a reconfiguração e os novos arranjos sociais e públicos de governança constroem possibilidades de inovação sobre os territórios? Qual a capacidade das ciências e dos saberes na recriação de condições efetivas de inovação e formulação de novos paradigmas de desenvolvimento e proteção social?

A noção de desenvolvimento aparece no horizonte da economia e da política e no campo das práticas dos atores políticos e institucionais no Pós-Segunda Guerra, como um mito fundador da nação que articula passado, presente e futuro da sociedade. À luz de um horizonte epistemológico da economia política associado a um projeto de modernização nacional pela via da industrialização e urbanização – o conhecido modelo de substituição de importações –, a noção de desenvolvimento é paradigmática do projeto de

modernização nacional assentado no progresso técnico, no crescimento econômico e na revolução nacionalista brasileira. O projeto de desenvolvimento dos anos 1950-1960 atualizou o ideário iluminista do progresso nas formações sociais das sociedades latinoamericanas, tendo, no Estado nacional, um papel estratégico e protagonista na implementação da base técnica e produtiva, e em esforços para superar o poder e as ideologias tradicionais a serviço da melhoria da sociedade e do Estado, como “mudança provocada”, como formula Villas-Boas (2006).

Diferentes interpretações críticas da sociedade brasileira antecederam o pensamento “desenvolvimentista” da década de 1950-1960, ancorado num protagonismo do Estado nacional e num pacto fordista entre Estado nacional, burguesia e trabalhadores assalariados. A tradição das ciências sociais também buscava entender as contradições entre a tradição e a modernidade que impediam o projeto racional civilizador, no sentido de assimilação de atributos de uma sociedade orientada pelo triunfo da Razão e influenciada pelo “desejo do *outro*” europeu. A literatura sociológica brasileira, ao interpretar os óbices à modernização, buscou entender, na interface com outras disciplinas, como as relações sociais e políticas próprias ao sistema colonial impediam a plena adoção de atributos da sociedade capitalista. Essa preocupação inicial evoluiu numa crítica sobre a natureza do capitalismo em sociedades periféricas, o caráter da distribuição da produção socialmente produzida, as relações de dependência das sociedades latino-americanas em relação aos países centrais do desenvolvimento capitalista, o papel e emergência das novas classes em formação, a questão agrária, a migração, a questão urbana e de moradia, ou seja, inúmeros problemas e indagações que orientaram parte dos debates das décadas de 1960 e 1970. Contribuições relativas à teoria da dependência e à dualidade e funcionalidade da estrutura social periférica produziram críticas sobre as teses da modernização, do subdesenvolvimento e da marginalidade, reinterpretando a configuração do mercado de trabalho da perspectiva da formação do valor e o empobrecimento da classe trabalhadora, além de farto material de estudos sobre os processos de urbanização e industrialização nas sociedades latino-americanas.

Referências clássicas de autores brasileiros – como Joaquim Nabuco, Gilberto Freire, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Junior, Guerreiro Ramos, Josué de Castro, Darcy Ribeiro, Anísio Teixeira e, mais adiante, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Otávio Ianni, Maria Sylvia de Carvalho Franco, Alberto Passos Guimarães, Milton Santos, Francisco

de Oliveira, José Murilo de Carvalho, Paulo Singer, entre outros igualmente relevantes – produziram, de perspectivas distintas, a crítica sobre a natureza dessas mudanças sociais, a formação dessa sociedade e do seu povo, refletindo sobre os dilemas entre a modernização econômica e a cidadania. Como formula Faoro (1992), os limites da modernização estavam, em grande parte, na “modernidade possível”, resultante de um processo de mudança realizado pelo alto e pelas elites, cuja via de transição passou por formas de resistência e expansão dos direitos da cidadania.

Talvez esteja em Caio Prado Junior a síntese das principais contradições entre as instituições políticas coloniais e a estrutura socioeconômica do país, que fundam os principais dilemas *da questão social brasileira*, caracterizada pelo enorme contingente de trabalhadores empobrecidos e desprotegidos dos direitos sociais e por uma *sociedade profundamente desigual*, inclusive no âmbito institucional. Suas interpretações suscitaram amplo debate entre intelectuais brasileiros, na década de sessenta, quando o autor questiona a tese da revolução burguesa no Brasil, que implicaria superar os supostos traços “feudais” da sociedade colonial, enxergando, então, na burguesia nacional, o ator central do projeto de desenvolvimento brasileiro.

Não se pode refletir sobre o conceito de desenvolvimento em sociedades democráticas sem entender a dimensão necessariamente política da questão social. Portanto, assumimos que o processo de desenvolvimento confronta-se com a reprodução da questão social e as formas de luta e resistência da cidadania organizada. Essa é sua expressão mais crítica. Quer se trate dos mecanismos da redistribuição da renda, dos regimes de acumulação, das condições de inserção precarizadas dos trabalhadores no mercado de trabalho capitalista, dos níveis rebaixados de remuneração do valor do trabalho, das condições de proteção das famílias trabalhadoras, da seguridade alimentar, econômica, social e civil, ou do estatuto das políticas sociais de proteção e assistência, das dimensões da pobreza e das desigualdades de renda ou das desigualdades e diversidades socioculturais implícitas nas relações de gênero ou de geração e nas diversidades étnicas e raciais –, todos esses aspectos estão articulados com as opções de desenvolvimento e justiça social e expressam a dimensão eminentemente política e crítica das contradições do desenvolvimento entre as classes sociais, os direitos da cidadania sobre a reprodução e os bens públicos.

Nas décadas de setenta e oitenta, as lutas urbanas constituíram-se como movimentos de protestos e de demandas sociais por moradia, transporte, acesso à energia elétrica, à água e também frente ao custo de vida, ex-

pressões das condições de reprodução da vida das classes populares no meio urbano diante da urbanização acelerada. Os mecanismos de reprodução social da vida dessas classes populares, nos aglomerados urbanos, introduziam, portanto, duas dimensões: a do direito das classes populares à cidade, ou seja, à sua reprodução social e, ao mesmo tempo, a de sua legitimação social sobre o espaço (território) público da cidade. Nesse sentido, constituíram-se como movimentos transclassistas, constituindo-se em denominador comum dos conflitos resultantes da reprodução cotidiana dos trabalhadores.

A reorientação das políticas sociais nas décadas de 1990 e 2000 aprofundou a segmentação dos sistemas de proteção social, afetando particularmente os trabalhadores urbanos, situados entre uma elite econômica extremamente rica e uma prioridade da ação social dos governos orientada para o atendimento aos extremamente pobres. As contradições inerentes ao regime adotado eclodiram em amplas manifestações nas ruas das principais metrópoles brasileiras, em junho de 2013, indicando a necessidade de se repensarem as modalidades de desenvolvimento e de encaminhamento da questão social no Brasil, e ainda de entendimento sobre as novas formas da ação coletiva.

A ordem do mercado, no contexto de hegemonia liberal, parecia tolerável, quaisquer que fossem os custos sociais e morais de sua reprodução, e as “desigualdades econômicas e sociais”, em que pesem os discursos críticos e as ações voltadas para o seu enfrentamento, permanecem naturalizadas. O imperativo político da justiça social foi subordinado às operações de “eficacidade” e “produtividade” na distribuição de benefícios e apropriação dos bens públicos e naturais e, portanto, na “seletividade”, passando o valor da igualdade a ser considerado como um fim ilusório e utópico, em termos morais e políticos, ou entendido como um problema de ordem individual e meritório, o que aprofunda as disparidades em sociedades com estruturas sociais profundamente desiguais e com um contingente significativo de cidadãos submetidos à esfera da reprodução, no nível mínimo das necessidades.

Não se está diante de uma fatalidade histórica do mercado globalizado que determina o destino da sociedade brasileira ou de outras sociedades da América Latina e traça os limites para as políticas públicas nacionais ou locais. Pelo contrário, as possibilidades da transição socioeconômica e demográfica, mesmo no contexto da crise, significam uma abertura e um desafio para a inovação criadora da cidadania e da formação de alternativas possíveis, requalificadoras da vida e do trabalho. Se não bastassem os enigmas a serem decifrados pela imaginação criadora sobre o desenvolvimento brasileiro, a

questão social, no Brasil no contexto presente, ainda reserva aos que a analisam a oportunidade de se defrontarem com caminhos sociais alternativos, postos pela própria cidadania em suas lutas. Questões estruturais relativas à precarização das relações sociais e de trabalho, a universalidade dos direitos ou a focalização, a justiça redistributiva, a espoliação de bens naturais e públicos, a preservação do meio ambiente, os meios da redistribuição da riqueza, a justiça fiscal, a aplicação dos Programas de Renda Básica, as novas formas da proteção social qualificada, a superação das desigualdades e a qualidade das políticas sociais universais de educação e saúde, a organização e direitos da cidadania, as novas coalizões de forças definidoras dos limites e caminhos do desenvolvimento do país, todas essas questões são um convite e uma abertura a esse debate.

Este dicionário é, portanto, uma obra aberta. Ela se caracteriza menos pela reconstituição de um saber fechado, pronto e acabado, e mais pelo exercício da construção de problemáticas transversais das ciências sociais, considerando especialmente as interseções da economia, da política, da sociedade e dos territórios, de diferentes perspectivas e portas de entrada. Com um total de 81 verbetes temáticos e mobilizando um conjunto de 84 autores, ele não tem a pretensão de cobrir todas as temáticas, mas privilegiar especialmente os grandes processos que delineiam inflexões na constituição das sociedades e na produção da política no passado e no presente: as mudanças relativas ao mundo do trabalho, as inflexões referentes aos sistemas de proteção social, as contradições relativas ao capitalismo financeiro no contexto contemporâneo, destacando tanto as formas de resistência e confronto, como as novas regulações sociais. A concepção do dicionário buscou incorporar contribuições de pesquisadores em diferentes estágios de amadurecimento intelectual, desde o pesquisador de alto reconhecimento acadêmico até os mais jovens pesquisadores que trazem resultados de seus estudos e teses na construção de um conhecimento no presente.

Com a preocupação de uma escrita acessível, cada verbete se inicia com a formulação de uma problemática, recupera um tratamento histórico e a polissemia que envolve a construção da temática. Fornece elementos sintéticos que se abrem a novas possibilidades do presente, num estímulo significativo dos problemas tratados. As abordagens são necessariamente plurais, e cada autor responde individualmente pelas suas próprias perspectivas de análise. Esse foi um ponto de partida da construção deste dicionário: o de possibilitar diversas leituras na produção das dimensões do desenvolvimento e no encaminhamento da questão social, segundo diferentes entradas.

Cada verbete estabelece vínculos de significância com a vida política do presente, mas também com a produção de pesquisas do campo das ciências sociais, que traduzem e interpretam os processos contemporâneos. As questões selecionadas resultam de um duplo movimento: inicialmente, de um exercício conceitual e metodológico prévio na construção do campo temático interdisciplinar dos saberes implícitos às conexões entre os temas do desenvolvimento e da questão social, norteadores das escolhas; e, em seguida, de uma abertura para acolher autores que integram as redes de pesquisadores da equipe do projeto, propiciando um rico diálogo entre as diferentes áreas. O resultado final implicou um retorno reflexivo ao ponto de partida, na identificação de lacunas como possibilidade de abertura para novos caminhos e complementações, num esforço continuado de aprofundamento, sistematização e requalificação de uma agenda social sobre o desenvolvimento.

Assim, concebemos a construção deste dicionário como uma pequena contribuição das Ciências Sociais a “serviço do público”, disponibilizando e democratizando a produção acadêmica universitária à dimensão política e pública da sociedade, como sugere Bourdieu, e colocando o esforço reflexivo da comunidade acadêmica a serviço do seu tempo.

ANETE B. L IVO
Coordenadora do dicionário

ración, Instituto de Estudios del Hambre, 2012. Disponível em: www.derechoalimentacion.org/gestioncontenidosKWDERECHO/imgsvr/materialcamp/doc/Guia_aplicacion_practica_del_derecho_a_la_alimentaci%C3%B3n_en_proyectos.pdf ♦ ISI Argonauta. *Guía para la incorporación del Enfoque Basado en Derechos Humanos en las intervenciones de cooperación para el Desarrollo*. Madrid: IUDC-UCM, 2008. ♦ PNUD. Programa de Naciones Unidas para el Desarrollo. *Derechos Humanos y Desarrollo Humano*, Informe sobre Desarrollo Humano. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa, 2000. ♦ _____. *Applying a Human Rights-Based Approach to Development Cooperation and Programming: A UNDP Capacity Development Resource*. Capacity Development Group, Bureau for Development Policy, PNUD, setembro, 2006. ♦ REVISTA ESPAÑOLA DE DESARROLLO Y COOPERACIÓN. *Derecho a la alimentación, Cooperación y Soberanía Alimentaria en Tiempos de Crisis Global*. IUDC-UCM, Madrid, número monográfico, n.32, 2013. ♦ UNICEF. Fondo de Naciones Unidas para la Infancia. *Declaración del Entendimiento Común. Un enfoque de la Cooperación para el Desarrollo Basado en los Derechos Humanos: hacia un Entendimiento Común entre las Agencias de las Naciones Unidas*. Stamford, 2003. Disponível em: http://www.unicef.org/spanish/sowc04/files/AnnexoB_sp.pdf

DIREITOS HUMANOS E QUESTÃO SOCIAL

Manuela L. Picq

1. Os direitos humanos são inalienáveis e universais, inerentes à condição humana. Prevaecem sobre fronteiras e nacionalidades, são inegociáveis e têm precedência sobre a soberania dos Estados. Abrangem direitos individuais e coletivos, específicos, tanto direitos civis e políticos como direitos sociais, econômicos, e culturais. São extensos a todos os seres humanos, crianças, mulheres, povos indígenas, pessoas em exílio. Todos os direitos humanos são indivisíveis, interdependentes e interrelacionados: assim como a liberdade de expressão depende do direito à saúde e à educação, o pleno exercício dos direitos culturais depende de liberdades civis. A garantia dos direitos humanos

tem por objetivo erradicar violências diversas, desde a tortura até o racismo e a pobreza. Os direitos humanos apresentam uma dimensão social incontornável porque a pobreza limita sua realização. Normas internacionais declaram a pobreza extrema e a exclusão social como violações à dignidade humana por inibirem o pleno e efetivo exercício dos direitos humanos, e estabelecem também sua interdependência com a democracia e o desenvolvimento, posto que os três se reforçam mutuamente (Declaração de Direitos Humanos de Viena, art. 8/14). Assim, os direitos humanos melhoram a qualidade democrática e consolidam contextos democráticos, estando ambos intrinsecamente vinculados à ideia de desenvolvimento, esse último um direito fundamental em si mesmo e que permite a busca e o alcance de outros direitos. Amartya Sen (1999a) considera que a acumu-

lação das liberdades é, ao mesmo tempo, o objetivo central do desenvolvimento e um instrumento crucial para promovê-lo. Além de a proteção indiscriminada dos direitos humanos ser responsabilidade dos Estados, os indicadores desses direitos tornaram-se um barômetro do seu desenvolvimento.

2. Os direitos humanos são fruto de um constructo jurídico internacional recente. Sua institucionalização começa com a Declaração Universal de Direitos Humanos das Nações Unidas, em 1948. A Declaração representa, em parte, a culminação de ideais que emergem com a Declaração de Independência de Estados Unidos (1776), a Revolução Francesa (1789) e a Revolução do Haiti (1791-1804) (Buck-Morss, 2009), mas é também uma resposta política imediata à atrocidade do holocausto na Segunda Guerra Mundial. Essa Declaração de princípios, apesar de não ser vinculante, cria um marco jurídico que estabelece os direitos humanos e seus valores como norma política da comunidade internacional. O regime internacional de direitos humanos se consolida progressivamente com a proliferação de tratados internacionais que complementam e diversificam o conceito. Se os primeiros tratados refletem o contexto do pós-guerra Europeu – como a Convenção Contra o Genocídio (1949) e a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951) – os

temas se diversificam, e a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989) é o tratado mais ratificado e o primeiro a ser vinculante. O sistema internacional de direitos humanos se consolida, ademais, graças à emergência de sistemas regionais que reiteram tais valores, como a Convenção Européia de Direitos Humanos (1953), a Convenção Interamericana de Direitos Humanos (1978) ou a Carta Africana de Direitos Humanos e dos Povos (1983). A definição do conceito de direitos humanos está em permanente expansão, ganhando precisão e complexidade à medida que direitos fundamentais, como o direito à vida, são acompanhados de novos direitos, como o direito humano à água e ao saneamento básico (2010). Essa “revolução jurídica” (Ignatieff, 2001) tem como conceito fundamental a prevalência dos direitos humanos sobre a soberania de Estado: Estados têm o dever de respeitar os direitos humanos de seus povos, e sua legitimidade política está atada à proteção desses direitos.

3. A construção dos direitos humanos foi acompanhada de tensões conceituais e políticas. A questão social foi alvo de tensões para hierarquizar direitos individuais e coletivos durante a Guerra Fria. O bloco capitalista defendia um conceito individual de direitos civis e políticos (direito à vida, à liberdade de expressão, ao

voto) contra o bloco comunista, que defendia um conceito coletivo de direitos econômicos, sociais e culturais (direito a trabalho, saúde e educação). Essa separação conceitual foi encaminhada quando os países europeus, os Estados Unidos e o Canadá assinaram os Acordos de Helsinki (1975), declarando que a plena realização dos direitos políticos requer direitos socioeconômicos. Direitos individuais e coletivos foram, então, reconhecidos como indivisíveis e interdependentes. Como resultado, em 1976, dois instrumentos legais associados à Declaração de 1948 entram em vigor: o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Outra controvérsia duradoura acerca dos direitos humanos é a questão de sua universalidade. A institucionalização do sistema internacional de direitos humanos tem início em um contexto de violação dos direitos humanos de ‘outros’ povos. A inconsistência inicial do sistema de direitos humanos era evidente na composição mesma das Nações Unidas: somente 48 países-membros assinaram a Declaração em 1948, porque grande parte da África e da Ásia continuava colonizada. Países latino-americanos também ratificaram a Declaração, apesar de manterem os povos indígenas em condição de semi escravidão, alguns até a década de 1960. À medida que novos atores ganham voz e voto no sistema político internacional, fez-se necessário um tratado mais atualizado de direitos humanos. Em 1993, os 171 países-membros das Nações Unidas adotaram, por unanimidade, a Declaração e Programa de Ação de Viena. Mais universal que seus predecessores, esse tratado reafirma a autodeterminação dos povos (art. 2), assim como a indivisibilidade de direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais (art. 5). Mas, se o debate entre direitos civis e políticos e direitos socioeconômicos colapsa com o final da Guerra Fria, o mesmo questionamento sobre seu universalismo como conceito sobrevive, a despeito das diferenças culturais e religiosas, entre o Ocidente e o Mundo Islâmico, bem como frente à questão de gênero. Podem os direitos humanos ser verdadeiramente universais? Essa ambivalência se reflete na própria Declaração de Viena, que, por um lado, reafirma a universalidade dos direitos humanos e, por outro, garante os direitos culturais e religiosos. Amartya Sen (1999b) afirma que a democracia é um valor universal, mas outros pensadores, como Wallerstein (2006), acusam o universalismo de estar ancorado em retóricas européias que buscam justificar seu poder sobre o resto do mundo. O debate entre cultura e universalismo é também uma controvérsia nos di-

reitos das mulheres: se alguns acusam os direitos culturais de serem, muitas vezes, prejudiciais às mulheres (Okin, 1999), há quem defenda conceitos de hibridiz cultural, argumentando que os direitos culturais são uma plataforma estratégica para processos de autodeterminação (Benhabib, 2006). A progressiva judicialização dos direitos humanos permite o surgimento de uma nova ordem jurídica. De início, as normas internacionais são adotadas pelos Estados e apropriadas no nível local. A Declaração de Viena traz uma nova ênfase na implementação de direitos do Programa de Ação, resultando na criação de programas nacionais de direitos humanos em muitos países. O Brasil se tornou o terceiro país no mundo e o primeiro na América Latina a aprovar um Programa Nacional de Direitos Humanos, em 1996. A democratização do conceito de direitos humanos também leva à criação de cortes, cuja particularidade é prevalecer sobre a soberania dos Estados. A Corte Interamericana de Direitos Humanos, ratificada em 1997 por 25 países, recebe denúncias de pessoas contra estados-membros, os quais se comprometem a respeitar e aplicar as sentenças de caráter obrigatório e definitivo. Tribunais *ad hoc* para a ex-Iugoslávia e Ruanda levaram à criação de uma Corte Criminal Internacional (2002), independente das Nações Unidas e reconhecida por

122 países para julgar pessoas acusadas de crimes de genocídio, crimes de lesa humanidade e crimes de guerra. No que ficou conhecido como o efeito Pinochet (Roth-Arriaza, 2006), após a detenção do ex-ditador Chileno em 1998, vários chefes de Estado foram igualmente indiciados em cortes internacionais para serem julgados pelos crimes que cometeram no governo, como, por exemplo, o Presidente Omar al-Bashir, acusado de genocídio no Sudão na Corte Criminal Internacional. Essa “cascata de justiça” (Sikkink, 2011) não somente cria um novo sistema no qual imunidade e anistia política já não protegem a impunidade de indivíduos que participam de crimes de direitos humanos, mas também cria expectativas de justiça aos olhos da sociedade civil. A proliferação de tribunais nacionais, como para o caso Fujimori no Peru, a Comissão da Verdade no Brasil, e a condenação histórica do ex-ditador Ríos-Montt, pelo crime de genocídio, numa corte nacional na Guatemala, indica que julgar crimes de direitos humanos cometidos por Estados tornou-se uma prioridade na América Latina.

4. Direitos humanos se constroem para responder a violências, e sua conceitualização se realiza na aderência a contextos históricos. A desigualdade de gênero, por exemplo, é um tema central no campo dos direitos humanos em que avanços institucionais

são necessários, embora insuficientes, para promover esses direitos humanos. Os direitos das mulheres foram rapidamente inscritos como direitos humanos e, em 1981, entrou em vigor a Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW). O debate sobre os direitos sexuais abriu a porta a novos temas, como a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Entretanto, permanece a marginalização de muitos direitos sexuais, como revela a violência contra pessoas transexuais. A pobreza extrema e a violência sistemática contra as mulheres continuam sendo um dos maiores desafios a ser enfrentado no campo dos direitos humanos no âmbito mundial. Os direitos reprodutivos estão estagnados e, por vezes, sofrem retrocessos, apesar de o aborto ilegal causar milhões de mortes anuais e custar muitos outros milhões à sociedade. Também a violência doméstica segue sendo um dos grandes desafios para a garantia dos direitos humanos no mundo, o que levou países latino-americanos a adotarem leis nacionais no marco da Convenção Interamericana de Belém do Pará, para “prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher” (1994). O simbólico caso Maria da Penha, levado à Comissão Interamericana, responsabilizou o Estado brasileiro por falhar em proteger os direitos humanos das mulheres, contribuindo para a criação da Lei N° 11.340, ou “Lei Maria da Penha” (2006), que criminaliza a violência doméstica e cria tribunais especializados. O crime de feminicídio, que se refere ao assassinato violento de mulheres, já foi integrado a vários códigos penais, desde a Guatemala ao Equador. Porém os grandes avanços legislativos, codificando os direitos humanos das mulheres, ainda continuam produzindo resultados insuficientes, mostrando a força cultural do sistema patriarcal e a necessidade de se pensar na masculinidade como eixo conceitual de uma cultura de direitos humanos nas sociedades contemporâneas. Sistemas jurídicos consolidados são necessários para acabar com a violência doméstica, mas é preciso também igualdade econômica, com salários equivalentes entre homens e mulheres, e novas narrativas que informem imaginários coletivos sobre gênero. Um dos temas que vem ganhando relevância no campo dos direitos humanos é o dos direitos dos povos indígenas e tribais. Os movimentos indígenas saíram fortalecidos e legitimados por ocasião da Convenção 169 (1989) da Organização Internacional do Trabalho, que se tornou o primeiro instrumento internacional vinculante a reconhecer seu direito à autonomia e à consulta livre, prévia e informada sobre projetos de desenvolvimento nos seus territórios. Con-

tudo, esses direitos humanos provocam reticências por parte de Estados que percebem a autodeterminação indígena como um limite à sua soberania. De fato, a Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2007) foi o tratado mais longamente negociado na história das Nações Unidas (duas Décadas Internacionais proclamadas pelas Nações Unidas), e nele se estabelece que sua interpretação não pode induzir a redução da integridade territorial e política de Estados soberanos (art. 46). Seja para exigir das Nações Unidas soluções políticas ao aquecimento global, resistir à construção de hidroelétricas na Amazônia, seja para impedir o extrativismo de petróleo no Oceano Ártico, os povos indígenas se mobilizam crescentemente para reivindicar

seus direitos em cortes internacionais. A mobilização dos povos indígenas contra formas neocoloniais de intervenção dos Estados é um dos grandes movimentos sociais presentes hoje em escala global (Anaya, 2009). Os direitos humanos constituem, hoje, um paradigma da linguagem mundial que se expande ao longo da história e cujas problemáticas políticas se renovam para responder a novos desafios. Temas históricos, como a violência sexual e o acesso à justiça assumem outras formas, com a escravidão sexual moderna e a guerra contra o terror nos Estados Unidos. Nessa evolução constante, os direitos humanos continuaram se ampliando, do mesmo modo que a violência do Estado e a pobreza continuaram assumindo novas faces.

REFERÊNCIAS

- ANAYA, James. *International Human Rights and Indigenous Peoples*. New York: Aspen Publishers, 2009. ♦ BENHABIB, Seyla. *Las reivindicaciones de la cultura*. Igualdad y diversidad en la era global. Buenos Aires: Katz Barpal Editores, 2006. ♦ BUCK-MORSS, Susan. *Hegel, Haiti, and Universal History*. Pittsburgh: Pittsburgh University Press, 2009. ♦ IGNATIEFF, Michael. *The Rights Revolution*. Toronto: House of Anansi, 2007. ♦ OKIN, Susan. *Is Multiculturalism Bad for Women?* Princeton: Princeton University Press, 1999. ♦ ROTH-ARRIAZA, Naomi. *The Pinochet Effect: Transnational Justice in the Age of Human Rights*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2006. ♦ SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999a. ♦ _____. Democracy as a Universal Value. *Journal of Democracy*, v.10, n.3, p. 3-17, 1999 b. ♦ SIKKINK, Kathryn. *The Justice Cascade: How Human Rights Prosecutions are Changing World Politics*. New York: Norton & Company, 2011. ♦ WALLERSTEIN, Immanuel. *European Universalism: The Rhetoric of Power*. New York: The New Press, 2006.

ÍNDICE DE TEMAS E VERBETES

ÍNDICE DE TEMAS E VERBETES*

A

AÇÃO COLETIVA

- v.
- Ação coletiva – luta contra a pobreza
- Desenvolvimento e atores sociais
- Desenvolvimento e povos tradicionais
- Desenvolvimento, trabalho e território
- Juventude, cidadania e participação
- Movimentos sociais
- Movimentos sociais e desenvolvimento
- Participação cidadã do idoso
- Participação e controle social
- Participação e desenvolvimento
- Questão social
- Sindicalismo e desigualdades raciais
- Sociedade civil e cooperação internacional
- Trabalho escravo – [o combate ao trabalho escravo]
- Trabalho infantil – [o combate ao trabalho infantil]

ALIMENTAÇÃO E SEGURANÇA ALIMENTAR

- v.
- Direitos Humanos e cooperação Sul-Sul
- Globalização dos alimentos e trabalho

C

CIDADANIA [DIREITOS DE CIDADANIA]

Direitos Humanos

- v.
- Ajuda humanitária e assistencialismo
- Desenvolvimento e seguridade humana
- Direitos Humanos e cooperação internacional
- Direitos Humanos e cooperação Sul-Sul
- Direitos Humanos e questão social

Direitos Sociais

- v.
- Benefício da Prestação Continuada – BPC
- Direito e proteção social – nova institucionalidade
- Inspeção do trabalho
- Mercado de trabalho
- Renda básica de cidadania
- Seguridade e Proteção social

Participação cidadã

- v.
- Esfera pública, democracia e desigualdades sociais
- Juventude, cidadania e participação
- Participação cidadã do idoso
- Participação e controle social
- Participação e desenvolvimento
- Questão social como questão pública

Formação de capacidades

- v.
- Ação coletiva – luta contra a pobreza
- Desigualdade e crescimento
- Economia dos setores populares
- Qualificação profissional – como construção social [Educação]
- Saúde e desenvolvimento
- Transferências monetárias condicionadas (TMC) – América Latina [Bolsa Família]
- Universalismo e focalização

COALIZÃO DE CLASSES E PACTO SOCIAL

- v.
- Desenvolvimento e atores sociais
- Desenvolvimento e democracia – dilemas e ‘trilemas’ da modernidade

*A estrutura desse Índice seguiu modelo de: CATTANI, Antônio D.; HÖLZMANN, Lorena (Orgs.) *Dicionário de Trabalho e Tecnologia*. 2. ed. rev. ampl. Porto Alegre: Zouk editora, 2011.p. 471-481

Desenvolvimento e pacto social
Movimentos sociais e desenvolvimento
Sociedade civil e desenvolvimento

D

DESENVOLVIMENTO

v.
Cepal – noção de desenvolvimento
Desenvolvimento – atualização da noção
Desenvolvimento e atores sociais
Desenvolvimento e democracia – dilemas e ‘trilemas’ da modernidade
Desenvolvimento e pacto social
Desenvolvimento e povos tradicionais
Desenvolvimento e segurança humana
Desenvolvimento sustentável
Desenvolvimento, trabalho e território
Economia dos setores populares
Neodesenvolvimentismo
Saúde e desenvolvimento
Sistema Mundo e América Latina
Sociedade civil e desenvolvimento

Ciência, tecnologia e inovação

v.
Ciência, tecnologia, inovação e desenvolvimento

Desenvolvimento econômico

v.
BRICS – controvérsias e atualidade
Concentração de renda e desigualdades
Crise
Desenvolvimento, trabalho e território
Desigualdade e crescimento

Desenvolvimento e cooperação

internacional

v.
BRICS
Cooperação internacional para o desenvolvimento

Cooperação Norte-Sul
Cooperação Sul-Sul
Direitos Humanos e cooperação internacional
Direitos Humanos e questão social
Eficácia da ajuda para o desenvolvimento
Gênero e desenvolvimento
ONU e a agenda de desenvolvimento
Sociedade civil e desenvolvimento

Desenvolvimento e desigualdades

v.
Desigualdade e crescimento
Desigualdade e desenvolvimento
Gênero e desenvolvimento
Mercado de trabalho

Desenvolvimento Humano

v.
Ajuda humanitária e assistencialismo
Desenvolvimento e Segurança humana
Direitos Humanos e cooperação Sul-Sul
Direitos Humanos e questão social
Eficácia – ajuda internacional para o desenvolvimento

Desenvolvimento local e territorialidade

v.
Desenvolvimento e atores sociais
Desenvolvimento e povos tradicionais
Desenvolvimento, trabalho e território
Esfera pública, democracia e desigualdades sociais
Participação e controle social
Participação e desenvolvimento

Desenvolvimento sustentável

v.
Desenvolvimento – atualização da noção
Desenvolvimento e pacto social
Desenvolvimento e povos tradicionais
Desenvolvimento sustentável
Movimentos sociais e desenvolvimento
Trabalho, saúde e meio ambiente

DESIGUALDADES SOCIOECONÔMICAS E TERRITORIAIS

- v.
- Concentração de renda e desigualdades
- Desenvolvimento, trabalho e território
- Desigualdade e desenvolvimento
- Diversidade cultural
- Gênero e desenvolvimento
- Matriarcalidade, questão racial e pobreza
- Mercado de trabalho
- Questão de gênero
- Questão social
- Questão social como questão pública
- Questão social e “*lumpen*”
- Questão social e questão urbana
- República, representação e desigualdade social
- Segregação urbana

E**ESFERA PÚBLICA E DEMOCRACIA**

- v.
- Desenvolvimento e democracia - dilemas e ‘trilema’ da modernidade
- Desenvolvimento e pacto social
- Esfera pública, democracia e desigualdades sociais
- Juventude, cidadania e participação
- Participação cidadã do idoso
- Participação e controle social
- Participação e desenvolvimento
- Questão social como questão pública
- República, representação e desigualdade social

ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL

- v.
- Desenvolvimento e atores sociais
- Desenvolvimento e pacto social
- Direitos e proteção social – nova institucionalidade
- Estado e políticas de saúde
- Estado social
- Institucionalidade social
- Mercado de trabalho
- Políticas sociais
- Questão social
- Questão social como questão pública

- Seguridade social e proteção social
- Sistemas de saúde
- Universalismo e focalização

ETNICIDADE

- v.
- Desenvolvimento e povos tradicionais
- Diversidade cultural
- Matriarcalidade, questão racial e pobreza
- Movimentos sociais
- Movimentos sociais e desenvolvimento
- Redistribuição, reconhecimento e questão social
- Sindicalismo e desigualdades raciais

F**FAMÍLIA E GERAÇÕES**

- v.
- Benefício da prestação continuada – BPC [Bolsa Família]
- Família e trabalho
- Juventude, cidadania e participação
- Matriarcalidade, questão racial e pobreza
- Participação cidadã do idoso
- Solidariedade familiar
- Trabalho infantil
- Transferências monetárias condicionadas (TMC) – [Bolsa Família, *Oportunidad* etc.]

G**[QUESTÃO DE] GÊNERO**

- v.
- Desigualdade e desenvolvimento
- Direitos Humanos e questão social
- Gênero e Desenvolvimento
- Questão de gênero

GOVERNANÇA GLOBAL E DESENVOLVIMENTO

- v.
- BRICS
- Cooperação internacional para o desenvolvimento
- Cooperação Norte-Sul
- Cooperação Sul-Sul

Direitos Humanos e cooperação internacional
Direitos Humanos e questão social
Gênero e desenvolvimento
ONU e a agenda de desenvolvimento
Sociedade civil e desenvolvimento

I

INOVAÇÃO SOCIAL

v.
Ciência, tecnologia, inovação e desenvolvimento
Questão social como questão pública
Redistribuição, reconhecimento e questão social
Renda básica de cidadania
Seguridade social e proteção social
Universalismo e focalização

J

JUSTIÇA SOCIAL

v.
Desenvolvimento e democracia
Desenvolvimento e segurança humana
Direitos Humanos e questão social
Justiça social
Questão social como questão pública
Redistribuição, reconhecimento e questão social

M

MOVIMENTOS SOCIAIS

v.
Desenvolvimento, trabalho e território
Movimentos sociais
Movimentos sociais e desenvolvimento

N

NOVOS PARADIGMAS

Bem viver (Buen vivir)

v.
Desenvolvimento e atores sociais
Desenvolvimento e povos tradicionais
Movimentos sociais
Movimentos sociais e desenvolvimento
Trabalho, saúde e meio ambiente

Desenvolvimento

v.
Cooperação internacional para o desenvolvimento [Pós- desenvolvimento]
Desenvolvimento e democracia – dilemas e ‘trilemas’ da modernidade
Desenvolvimento e pacto social
Desenvolvimento e segurança humana
Desenvolvimento sustentável
Neodesenvolvimentismo
Saúde e desenvolvimento

Proteção social

v.
Benefício da prestação continuada (BPC)
Desenvolvimento e segurança humana [Capacidades]
Direito e proteção social – nova institucionalidade
Renda básica de cidadania
Seguridade social e proteção social
Transferências monetárias condicionadas (TMC) – América Latina
Universalismo e focalização

P

POBREZA E REPRODUÇÃO SOCIAL

v.
Ação coletiva – luta contra a pobreza
Gestão da pobreza
Inscrição social da pobreza – cadastro único
Matriarcalidade, questão racial e pobreza
Medidas de pobreza
Pobreza e capitalismo
Questão social
Questão social como questão pública
Reprodução e trabalho
Trabalho, pobreza e proteção social

POLÍTICAS SOCIAIS

v.
Benefício da prestação continuada - BPC
Direitos e proteção social – nova institucionalidade
Inscrição social da pobreza – cadastro único
Institucionalidade social

Políticas sociais
 Pobreza e capitalismo
 Renda básica de cidadania
 Seguridade social e proteção social
 Sistemas de saúde
 Transferências monetárias condicionadas (TMC) – América Latina [Bolsa Família]
 Universalismo e focalização

PROTEÇÃO SOCIAL

v.
 Ajuda humanitária e assistencialismo
 Direito e proteção social – nova institucionalidade
 Institucionalidade social
 Mercado de trabalho
 Pobreza e capitalismo
 Questão social como questão pública
 Renda básica de cidadania
 Seguridade social e proteção social
 Solidariedade familiar
 Trabalho, pobreza e proteção social
 Transferências monetárias condicionadas (TMC) – América Latina
 Universalismo e focalização

PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

v.
 Benefício de Prestação Continuada (BPC)
 Renda básica de cidadania
 Transferências monetárias condicionadas (TMC) – América Latina
 Trabalho, pobreza e proteção social
 Universalismo e focalização

Q**QUESTÃO SOCIAL**

v.
 Desenvolvimento e segurança humana
 Estado social
 Gestão da pobreza
 Institucionalidade social
 Mercado de trabalho
 Pobreza e capitalismo

Questão social
 Questão social como questão pública
 Questão social e “*lumpen*”
 Questão urbana como questão social
 Seguridade social e proteção social

QUESTÃO URBANA – [AS CLASSES PERIGOSAS]

v.
 Ação coletiva – luta contra a pobreza
 Favela
 Gestão da pobreza
 Esfera pública, democracia e desigualdades sociais
 Mercado de trabalho
 Margem – [A noção de]
 Questão social e “*lumpen*”
 Questão urbana como questão social
 Segregação urbana

R**REDISTRIBUIÇÃO [A PROPRIEDADE SOCIAL DO ESTADO]**

v.
 Concentração de renda e desigualdades
 Desigualdade e crescimento
 Mercado de trabalho
 Pobreza e capitalismo
 Questão social como questão pública

S**SOCIEDADE CIVIL**

v.
 Desenvolvimento e atores sociais
 Participação e controle social
 Participação e desenvolvimento
 Sociedade civil e desenvolvimento

T**TRABALHO**

v.
 Desenvolvimento, trabalho e território
 Direito e proteção social – nova institucionalidade

Família e trabalho
Inspeção do trabalho
Mercado de trabalho
Nova informalidade
Precarização social do trabalho
Qualificação profissional - como construção social
Reprodução e trabalho
Sindicalismo e desigualdades raciais
Trabalho decente e trabalho digno
Trabalho escravo
Trabalho infantil
Trabalho, pobreza e proteção
Trabalho, saúde e meio ambiente

V

VIOLÊNCIA E SEGURANÇA SOCIAL E CIVIL

v.
Desenvolvimento e segurança humana
Gestão da pobreza
Margem – [A noção de]
Questão social como questão pública
Questão social e “*lumpen*”

VULNERABILIDADE SOCIAL

v.
Ação coletiva – luta contra a pobreza
Favela
Gestão da pobreza
Inscrição social da pobreza – cadastro único
Mercado de trabalho
Pobreza e capitalismo
Precarização social do trabalho
Questão social como questão pública
Questão social e “*lumpen*”
Questão urbana e questão social
Reprodução e trabalho
Trabalho decente e trabalho digno
Trabalho escravo
Trabalho infantil
Trabalho, pobreza e proteção social
Trabalho, saúde e meio ambiente

LISTA DE AUTORES

AUTORES

ADALBERTO CARDOSO

Professor e pesquisador do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Pesquisador Associado do Centro Brasileiro de Análises e Planejamento do Warwick Institute for Employment Research. “Cientista do Nosso Estado” da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Seus estudos: Sindicalismo, Formação de Classe, Mercado de Trabalho, Brasil, Reestruturação Produtiva, Globalização, Indústria automobilística, Direito do Trabalho, Neoliberalismo, Democracia, América Latina, Era Vargas.

ADRIAN GURZA LAVALLE

Professor Doutor do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Pesquisador do Centro de Pesquisa, Inovação e Difusão de Estudos da Metrópole (CEM) e do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). Coordenador do Núcleo de Pesquisa Democracia e Ação Coletiva do CEBRAP e membro do Comitê de Redação da revista *Lua Nova*.

ALESSANDRA BUARQUE DE ARAÚJO SILVA

Mestre em Políticas Sociais e Cidadania pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL) com a dissertação: *A seletividade da proteção social no Brasil: uma análise do acesso ao direito de cidadania via Benefício de Prestação Continuada* (BPC). Áreas de atuação: Questão Social, Políticas Sociais, Seguridade Social, Previdência Social, Gestão Pública, Gestão Previdenciária. Pesquisas nas áreas de Estado, Sociedade e Políticas Sociais.

ALICIA PUYANA MUTIS

Doutora em economia pela Universidad de Oxford, atualmente professora investigadora na Faculdade Latinoamericana de Ciências Sociais – México. Membro da World Economics Association, do Conselho Diretivo da Internacional Economics Association; membro-correspondente da Academia Colombiana de Ciencias Económicas (ACCE) e Membro do Grupo Pobreza y Políticas Sociales do Consejo Latinoamericano de Ciências Sociais (CLACSO).

ALICIA ZICCARDI

Socióloga. Doutora em Economía pela Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Professora da Pós-Graduação em Ciências Políticas e Sociais e pesquisadora do Instituto de Investigaciones Sociales da Universidad Nacional Autónoma de México. Diretora do Programa Universitario de Estudios sobre la Ciudad da UNAM. Pesquisadora do Sistema Nacional de Investigadores (Nível III) e da Academia Mexicana de Ciencias. Membro do Grupo Pobreza y Políticas Sociales do Consejo Latinoamericano de Ciências Sociais (CLACSO).

ALVINO OLIVEIRA SANCHES FILHO

Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Departamento de Ciência Política e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pesquisador do Centro de Recursos Humanos (CRH). Realiza pesquisas sobre políticas públicas e instituições políticas sub-nacionais.

ANDRÉ LUIS NASCIMENTO SANTOS

Doutor em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), com estágio doutoral Sanduíche em Science Politique – Université de Toulouse – França. Professor da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e pesquisador do Laboratório de Análise Política Mundial (LABMUNDO/UFBA).

ANETE BRITO LEAL IVO

Socióloga. Professora aposentada do departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (FFCH-UFBA) com atuação docente e de pesquisa na Pós-Graduação em Ciências Sociais e no Centro de Recursos Humanos da FFCH-UFBA. Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora titular da Cátedra Simon Bolívar da Université de Paris (2000) e Professora Convidada da Université de Paris XII (2006). Membro do Grupo de Trabalho “Pobreza e Política Social” do Consejo Latino Americano de Ciencias Sociales (CLACSO). Pesquisadora do CNPq. Foi Editora do *Caderno CRH* (1995-2012).

ANGELA BORGES

Doutora em Ciências Sociais Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora adjunta da Universidade Católica do Salvador, exercendo as funções de professora e coordenadora do Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania; professora da Escola de Serviço Social e pesquisadora do Núcleo de Estudos do Trabalho (NET). Pesquisadora associada ao Centro de Recursos Humanos da Faculdade de Filosofia da UFBA, no Grupo de Pesquisa “Trabalho, Trabalhadores e Reprodução Social”. Foi membro da Câmara de Assessoramento Técnico-Científica na área de Ciências Humanas da FAPESB. Seus estudos discutem o mercado de trabalho e suas transformações nas interfaces com gênero, gerações, família e pobreza.

ANTONIO DAVID CATTANI

Doutor pela Université de Paris I (Panthéon, Sorbonne). Professor Titular de Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisador 1A do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Professor visitante na Université Laval (Québec – Canadá) e pesquisador visitante na Universidade de Oxford (2010-2011). Editor da revista *Sociologias*. Atua nos estudos da Sociologia do Trabalho, Sindicalismo, Desigualdades socioeconômicas, Riqueza e Desigualdade.

BRENO BRINGEL

Doutor pela Universidad Complutense de Madri. Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), editor da *Newsletter on Social Movements*

(RC47 da ISA) e editor da *DADOS – Revista de Ciências Sociais*. Pesquisa principalmente sobre: ações coletivas e movimentos sociais; as dimensões espaciais da (contestação) política; internacionalismo contemporâneo; teoria política e social latino-americana.

BRUNO LAUTIER (IN MEMORIUM)

Intelectual francês falecido em fevereiro de 2013. Livre Docente em economia e sociologia (HDR- *Habilitation à diriger des recherches*). Professor de Sociologia do Desenvolvimento no Institut d' Étude du Développement Économique et Social (IEDES), Paris I (Panthéon-Sorbonne). Foi diretor da *Revue Tiers Monde* (2001 a 2006) e do IEDES. Trabalhou nas seguintes temáticas: Economia informal; políticas sociais, crise do paradigma do *Welfare State*, Problemas da cidadania e da democratização.

CARLOS BARBA SOLANO

Doutor em Ciências Sociais. Professor e pesquisador Titular “C” da Universidad de Guadalajara. Membro do Sistema Nacional de Investigadores do México (Nível III). Integra o Grupo Pobreza y Política Social do CLACSO. Especialista em política social comparada e regimes de bem estar latinoamericanos e coordenador do Doutorado en Ciencias Sociales da Universidad de Guadalajara.

CARLOS R. S. MILANI

Professor do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), pesquisador do CNPq e bolsista Pró-Ciência da UERJ. Doutor pela École des Hautes Études en Sciences Sociales - EHESS (França, 1997) com pós-doutorado em Relações Internacionais pelo Instituto de Estudos Políticos de Paris. Foi professor convidado nas seguintes universidades: Université de Montréal, Universidad de Colima, UFRGS e Universidad Complutense de Madrid. Suas linhas de pesquisa atual incluem: cooperação internacional para o desenvolvimento (Norte-Sul e Sul-Sul); atores e agendas da política externa brasileira e política externa em perspectiva comparada.

CARMEM FONTES TEIXEIRA

Doutora em Saúde Pública pelo Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (ISC/UFBA). Professora do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências (IHAC/UFBA). Docente do Programa de Pós Graduação em Saúde Coletiva (ISC). Tem experiência na área de Saúde Coletiva, atuando principalmente nos seguintes temas: Política, Planejamento e Gestão de sistemas de saúde.

CARMEN MIDAGLIA

Doutora em Ciência Política e mestre em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas de Rio de Janeiro (IUPERJ). Docente e pesquisadora do Instituto de Ciencia Política da Facultad de Ciencias Sociales (FCS) da Universidad de la República (UdelaR) – Uruguay. Desenvolve pesquisas sobre as reformas dos sistemas de proteção social na área temática “Estado y Políticas Públicas”. É membro do grupo de trabalho Pobreza e Política social do Conselho Latino Americano de Ciências Sociales (CLACSO).

CIBELE SALIBA RIZEK

Doutora em sociologia. Livre Docente do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP). Pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e membro fundador do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania. Professora da Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos, atuando principalmente nos seguintes temas: cidades, reestruturação produtiva, habitação, espaço público e cidadania.

CINARA L. ROSENFELD

Doutora pela Université Paris IX Dauphine e Pós-Doutora pela Universidade Técnica de Lisboa. Docente do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (IFCH-UFRGS). Atua, principalmente, nos seguintes temas: transformações do trabalho, relação com o trabalho, sociedade informacional, teletrabalho e economia solidária

CORINA ECHAVARRÍA

Doutora em Administração Pública pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pesquisadora Assistente do Centro de Investigaciones y Estudios sobre Cultura y Sociedad (CONICET) da Universidad Nacional de Córdoba (UNC – Argentina). Co-diretora do Programa Filosofía Social y Teoría de la Sociedad, do Centro de Estudios Avanzados (CIECS-UNC). Professora da Facultad de Ciencia Política y Relaciones Internacionales (UCC) e da Escuela de Ciencias de la Información (UNC).

CRISTIANA MERCURI

Doutora em Ciências Sociais (Sociologia) pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora do Instituto de Psicologia, curso de Serviço Social (IPS-UFBA). Integra a equipe de pesquisadores do “Dicionário de Desenvolvimento e Questão Social” e participa do Grupo de Pesquisa “Cultura, Memória e Desenvolvimento” da Universidade de Brasília (UnB). Coeditora da revista *Caderno CRH*.

DANIEL MAURÍCIO C. DE ARAGÃO

Doutor em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (IRI-PUC-Rio). Professor do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos – Universidade Federal da Bahia (IHAC-UFBA). Pesquisador do Laboratório de Análise Política Mundial (LABMUNDO-UFBA).

DENISE VITALE

Doutora em Direito pela Universidade de São Paulo (USP). Professora da Universidade Federal da Bahia, pesquisadora colaboradora do Núcleo Direito e Democracia do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) e do Laboratório de Análise Política Mundial (LABMUNDO-UFBA). Foi *Visiting Scholar* na Universidade de Columbia, NY (2001-2002). Bolsista de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

DIANA AGUIAR

Mestre em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações internacionais da pontifícia Universidade do Rio de Janeiro (IRI/PUC-Rio). Coordenadora de Projetos do Instituto *Equit* – Gênero, Economia e Cidadania Global e Consultora do Transnational Institute (TNI). De 2008 a 2010 foi Coordenadora Global de Programas da *International Gender and Trade Network* (IGTN).

EDMOND PRÉTECEILLE

Pesquisador emérito (Diretor de pesquisa) do Centre Nationale de Recherche Scientifique (CNRS – França), com atuação no Observatoire Sociologique du Changement do Institut de Sciences-Po, Paris. *Visiting scholar*, Harvard University. Membro do RC 21 da ISA - *International Sociological Association*, desde sua criação em 1970, tendo sido vice-presidente e Presidente (1986-90). Integrou quadros de cooperação com centros brasileiros, atuando hoje junto ao Instituto de Estudos de Sociologia e Política – IESP- UERJ. Seus temas de pesquisa são: Planejamento urbano; Políticas urbanas locais e Desigualdades urbanas, estruturas sociais e segregação.

EDUARDO COSTA PINTO

Doutor em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi técnico de pesquisa e planejamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Tem experiência na área de Economia Política, Economia Brasileira e Economia Política Internacional.

ELGA LESSA DE ALMEIDA

Doutoranda e mestra em Administração pela Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA), com graduação em Direito. Pesquisadora do Laboratório de Análise Política Mundial da Universidade Federal da Bahia (LABMUNDO-UFBA). Áreas de interesse: políticas públicas, organizações internacionais, movimentos sociais, conferências internacionais, cooperação Sul-Sul.

ELIANE CANTARINO O'DWYE

Antropóloga, professora do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (UFF), bolsista de produtividade em pesquisa e coordenadora do Grupo de Estudos Amazônicos (GEAM) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Assessora em Laudos Periciais da Comissão Especial de Apoio à Presidência da Associação Brasileira de Antropologia (ABA).

ELSA SOUSA KRAYCHETE

Economista, professora do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, e do Núcleo de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutora em Administração pela UFBA. Coordenadora do Laboratório de Análise Política Mundial (LABMUNDO-UFBA). Editora da revista *Caderno CRH*.

ENARA ECHART MUÑOZ

Doutora em Relações Internacionais pela Universidad Complutense de Madri (UCM). Professora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Pesquisadora do LABMUNDO (IESP-UERJ) e do Instituto Universitario de Desarrollo y Cooperación da Universidad Complutense de Madri (IUDC-UCM). É codiretora da *Série Desarrollo y Cooperación* da Editorial “Los Libros de La Catarata” e editora da *Revista Española de Desarrollo y Cooperación*.

ENRIQUE VALENCIA LOMELÍ

Professor-pesquisador da Universidad de Guadalajara. Coordenador do Grupo de Trabajo Pobreza y Políticas Sociales do Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) (2013-2016). Fundador e coordenador da Red Mexicana de Investigación en Política Social e presidente do Consejo de Estudios Latinoamericanos de Asia y Oceanía (CLACSO/2010-2012). Professor convidado da Universidad Nacional de Seúl, da Université de Paris I e da Université de Paris III.

EULÁLIA LIMA AZEVEDO

Mestra e Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pesquisadora associada do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher da Universidade Federal da Bahia (NEIM-UFBA), professora da Universidade Salvador – Laureate Universities (UNIFACS). Atua principalmente nos seguintes temas: Políticas Públicas, Gerações, Idosos, Relações de Gênero, entre outros.

FLAVIO GAITÁN

Doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Pós-doutorado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia-Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (INCT-PPED) e do Núcleo de Estudos do Empresariado, Instituições e Capitalismo (NEIC).

FLORENCIA ANTÍA

Doutoranda em Ciência Política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Mestre e Licenciada em Ciência Política pelo Instituto de Ciência Política (FCS), Universidad de la República, Uruguay. Pesquisadora e docente na área de estudos de “Estado e Políticas Públicas” do Facultad de Ciencias Sociales da Universidad de la República.

GABRIEL DE SANTIS FELTRAN

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com estágio doutoral na École des Hautes Études em Sciences Sociales (EHESS). Professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Pesquisador do Centro de Estudos da Metrópole (CEM-CEBRAP). Suas pesquisas tratam das dinâmicas sociais e políticas das periferias urbanas.

GABRIEL KRAYCHETE

Professor titular da Universidade Católica do Salvador (UCSal). Pesquisador do Núcleo de Estudos do Trabalho (NET-UCSAL). Coordenador do programa de pesquisa e extensão Economia dos Setores Populares e da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP-UCSal). Membro da Câmara de Inovação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). Autor de vários textos e livros sobre economia popular solidária.

GRAÇA DRUCK

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pós-doutorado na Université Paris XIII, Paris-França. Professora Associada III do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia e (PPGCS- FFCH-UFBA). Pesquisadora do Centro de Recursos Humanos (CRH-UFBA) e bolsista de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

GUARACI ADEODATO A. DE SOUZA

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora aposentada do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pesquisadora do Centro de Recursos Humanos (CRH-UFBA) desde a sua criação até 2010, desenvolvendo pesquisas na área de Estudos sociodemográficos. Entre suas publicações destaca-se em coedição com Vilmar Farias o livro *Bahia de Todos os Pobres* (Vozes; CEBRAP, 1980).

GUILLERMO FUENTES

Doutorando em Gobierno y Administración Pública pelo Instituto Universitario de Investigación Ortega y Gasset – Madrid. Licenciado em Ciência Política pelo Instituto de Ciencia Política (FCS-UdelaR) – Uruguay. Pesquisador e docente na área de “Estado e Políticas Públicas” do Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de la República (UdelaR)

GUSTAVO HENRIQUE DE S. DIAS

Doutorando em finalização da tese (2013) na Universidade Humboldt (Berlin) com a tese *The Social Dimension of Quality Structuring in the Global Value Chain of Grapes and Mangoes from the São Francisco Valley, Brazil to Europe*. Mestre em Sociologia (2006) e graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE-2002).

HUMBERTO MIRANDA DO NASCIMENTO

Professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Coordenador do Centro de Estudos de Desenvolvimento Econômico (CEDE-IE-UNICAMP). Desenvolve estudos e pesquisas na área de: Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente, com ênfase nos seus determinantes urbanos e regionais.

IRACEMA BRANDÃO GUIMARÃES

Professora Associada IV do Departamento de Sociologia e Professora Permanente do Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Bolsista de Produtividade em Pesquisa Nível 2 do CNPq, desenvolvendo projetos de pesquisa nas seguintes áreas: Sociologia do Trabalho; Sociologia Urbana; Sociologia da Família e Relações de gênero.

ISABELA CARDOSO DE MATOS PINTO

Doutora em Administração (UFBA), Mestre em Saúde Coletiva (ISC-UFBA). Professora Adjunta II do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (ISC-UFBA), na área de políticas sociais, com ênfase em Saúde, atuando nos seguintes temas: processos decisórios, ciclo de políticas, gestão, avaliação e políticas públicas.

ISABEL GEORGES

Socióloga. *Chargée de recherche* de première classe (CR1) do Institut de Recherche pour Le Développement (IRD-França). Doutora em Sociologia com pós-doutorado com bolsa da FAPESP no CEBRAP (2005). Pesquisadora associada e docente do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos – DS (SP), tendo ocupado a Cátedra francesa Levi-Strauss, na USP-IAU – São Carlos (2011-2012). Atua na área de comparações internacionais e Sociologia do desenvolvimento.

JACOB CARLOS LIMA

Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP-1992), com Pós Doutorado no *Urban Studies and Development* do Massachusetts Institute of Technology (EUA-2001). Professor Titular do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Atua em pesquisas nas áreas de Sociologia do Trabalho, Econômica e do Desenvolvimento.

JAIR BATISTA DA SILVA

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor do Departamento de Sociologia e da Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pesquisador do Centro de Recursos Humanos (CRH-UFBA). Atua na área da Sociologia do trabalho, com ênfase nos temas: sindicalismo, classes sociais, reestruturação produtiva e trabalho bancário.

JANDIR PAULI

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Sociologia pela UFRGS. Docente na Faculdade Meridional (IMED). Atua nas linhas de pesquisas: Trabalho e sociedade (PPGS-UFRGS) e Estudos organizacionais contemporâneos (IMED).

JOHN GLEDHILL

Professor titular do Departamento de Antropologia Social da Universidade de Manchester – Reino Unido, e membro da Academia de Ciências Sociais do Reino Unido e da Academia Britânica. Presidente da Associação de Antropólogos Sociais do Reino Unido (de abril de 2005 a abril de 2009), e foi Vice-Presidente da União Internacional de Ciências Antropológicas e Etnológico (de julho de 2009 a agosto de 2013).

JOSÉ CARLOS EXALTAÇÃO

Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA-2010) com a dissertação: *O Cadúcnico na identificação e classificação social de quem são os pobres do Brasil*. (2010). Professor da Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEEBA).

JOSEFA SALETE BARBOSA CAVALCANTI

Professora Titular do Departamento de Sociologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Ph.D. Manchester University. Pós-Doutorado: Department of Sociology, University of Wisconsin-Madison e no Department of City and Regional Planning. Pesquisadora do CNPq e professora dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia e em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco. Membro do comitê Executivo do RC40 da *International Sociology Association*, ISA (2010-2014).

JOSÉ RODRIGO RODRIGUEZ

Doutor em Filosofia (linha Teoria do Direito e do Estado) pela Universidade Estadual de Campinas (2006). É Editor da Revista *Direito GV* e Coordenador de publicações da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Pesquisador Permanente do CEBRAP ligado ao Núcleo “Direito e Democracia”. Tem experiência na área de Direito e Filosofia, com ênfase em Teoria do Direito e Direito Privado.

LAURA GOLBERT

Pesquisadora Titular do Centro de Estudios de Estado y Sociedad (CEDES), Argentina e Diretora Executiva desse Centro. Consultora em diversos organismos nacionais e internacionais: Banco Mundial, PNUD, BID, OIT, Helen Kellogg Institute for International Studies, Universidad de Notre Dame (USA), Universidad de Boloña, CLACSO. Membro do Grupo de Trabalho Pobreza y Políticas Sociales do Consejo Latino Americano de Ciencias Sociales (CLACSO).

LENA LAVINAS

Professora de Economia do Bem-estar do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutora em Economia pela Universidade de Paris III. Visiting Fellow no Programa desigualdades.net da Frei Universität em Berlim (2012). Visiting Professor e Research Scholar no Program in Latin American Studies de Princeton University (2013). Professora visitante da University of California Los Angeles (UCLA) e da Cátedra Simon Bolívar do Institut de Hautes Etudes d’Améri-

que Latine. Desenvolve pesquisas nas áreas de avaliação de políticas públicas, análises comparadas dos sistemas de proteção social e combate à pobreza, no Brasil e América Latina, e no campo das desigualdades sociais e de gênero.

LÍCIA DO PRADO VALLADARES

Socióloga. Professora emérita da Université de Lille 1 (França), onde é pesquisadora do laboratório CLERSE/CNRS. Atuou durante muitos anos como docente e pesquisadora no IUPERJ- RJ. Atualmente, no Brasil, é pesquisadora associada ao Instituto de Estudos de Sociologia e Política da Universidade Estadual do Rio de Janeiro IES-P-UERJ e pesquisadora visitante do CNPq, atuando nas seguintes áreas temáticas: pobreza urbana; história da pesquisa urbana no Brasil; favela no Rio de Janeiro e a recepção da Escola de Chicago no Brasil.

LÍLIA MONTALI

Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Pós-doutorado na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pesquisadora do Núcleo de Estudo de Políticas Públicas da Universidade Estadual de Campinas e do CNPq. Desenvolve pesquisas na área das relações entre família e trabalho, em temas como pobreza, desigualdade, família e políticas sociais.

LOURDES BANDEIRA

Doutora em Antropologia, Université René Descartes, Université Paris V, França, com pós-doutorado na École des Hautes Études em Sciences Sociales EHESS, Paris-França. Professora Titular do departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UNB). Editora da *Estado e Sociedade* (UNB). Secretária Executiva da Secretaria de Política para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR).

LUIS EUGÊNIO P. F. DE SOUZA

Médico. Doutor em Saúde Pública pela Université de Montreal. Professor do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (ISC-UFBA). É presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) 2013 ... Tem experiência em Saúde coletiva, com ênfase em Administração da Saúde.

MAÍRA BAUMGARTEN

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora Associada da Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e Professora do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS-UFRGS). Coordena o Laboratório de Divulgação de Ciência, Tecnologia e Inovação Social do PPGS-UFRGS. Bolsista de produtividade do CNPq. É membro do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul e editora da revista *Sociologias*.

MANUELA L. PICQ

Professora de Relações Internacionais da Universidad San Francisco de Quito, Equador. Foi pesquisadora associada (*fellowship*) do Woodrow Wilson Center e Institute of

Advanced Studies na área de direitos humanos na política global. Pesquisa e publica em revistas acadêmicas, como *Journal of Latin American Politics and Society* e *Cahiers du Genre*. Atualmente colabora com artigos de opinião para *Al Jazeera English*.

MARCIO POCHMANN

Professor Livre Docente do Instituto de Economia e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Universidade Estadual de Campinas (CESIT-UNICAMP). Prêmio Jabuti de economia (2002), com o livro *a Década dos mitos*; em Ciências Sociais (2007), com a *Enciclopédia Contemporânea da América Latina e Caribe*; em Economia (2008), com o livro *Crescimento Econômico e Distribuição de Renda*, entre outras distinções resultantes de pesquisas na área de políticas sociais e do trabalho.

MARCO AURÉLIO NOGUEIRA

Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo, com pós-doutorado na Universidade de Roma. Professor Titular pela Universidade Estadual Paulista-UNESP. Professor do programa de pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP-PUC-SP- UNICAMP) e colunista do *Jornal Estado de São Paulo*. Tem experiência na área de Ciência política e Gestão pública.

MARCOS COSTA LIMA

Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e pós-doutorado na Universidade Paris XIII. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Foi presidente da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação – ANPOCS (2011-2012). Foi titular da Cátedra Simon Bolívar da Université de Paris III (2002) e atualmente ocupa a Cátedra Rui Barbosa no Centro de Estudos Brasileiros da Universidade Leiden – Holanda (2012).

MARIA ABREU

Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Professora adjunta do departamento de Ciência Política da UFRJ no curso de Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social. Seus interesses de pesquisa concentram-se nas áreas de: teoria política moderna e contemporânea; teoria política feminista e políticas públicas na área de igualdade de gênero.

MARIA DA GLÓRIA GOHN

Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo com pós-doutorado pela New School University (New York). Professora titular da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e da Universidade Nove de Julho (UNINOVE). Profa visitante na Universidade de Madri (2010), e na Universidade de Córdoba/Argentina (2010). É Vice-Presidente do *Research Commitee 47 – Social Movements and Social Classes* – da *International Sociological Association (ISA)*.

MARIA ELISA PESSINA

Mestre em administração pela Universidade Federal da Bahia. Pesquisadora do Laboratório de Análise Política Mundial (LABMUNDO/UFBA). Desenvolve pesquisas

nas áreas de cooperação internacional para o desenvolvimento e organizações não governamentais. Coordenadora do Centro Público de Economia Solidária Região Metropolitana de Salvador 3.

MARIA GABRIELA HITA

Professora Associada do Departamento de Sociologia e dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) e o de Mulher, Gênero e Feminismo (PPG-NEIM) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Ciências Sociais, Ambiente e Saúde (ECSAS). Foi coordenadora do Laboratório de Investigações em Desigualdades Sociais (LIDES-PPGCS). Pesquisas nas áreas de pobreza urbana, questões raciais e identitárias em cidades, estudos de gênero, família e parentesco.

MARY GARCIA CASTRO

PhD em Sociologia pela University of Florida, Estados Unidos. Professora da Universidade Católica de Salvador (UCSAL), no Programa de Pós Graduação em Família na Sociedade Contemporânea e no Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania. Co-Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Juventude, Cidadania e Cultura (NPEJI-UCSAL/CNPq), pesquisadora do CNPq e da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO-Brasil).

MAYRA ESPINA PIETRO

Doutora em Ciências sociológicas. Professora Titular do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia e História a Universidad de La Havana, pesquisadora do Centro de Investigaciones Psicológicas y Sociológicas (CIPS) e membro diretivo da *Cátedra de Complejidad* (Instituto de Filosofía de la Habana). Trabalha sobre as seguintes temáticas: desigualdade social; política social e desenvolvimento e epistemologia do pensamento social.

MIRIAM ABRAMOVAY

Doutora em Ciências da Educação pela Université Lumière Lyon 2 França – École Doctorale EPIC - Education Psychologie Information et Communication. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Juventude, Cidadania e Cultura (NPEJI-UCSAL/CNPq) e coordenadora do Núcleo de Estudos sobre Juventude na Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO-Brasil). Seus temas de pesquisa são: educação, violência, juventude, políticas públicas, gangues e segregação social.

NEIDE ESTERCI

Professora titular do Departamento de Antropologia Cultural do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pesquisadora associada do IDSM/MCT-CNPq. Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP). Trabalha na área da Antropologia Rural, em temas relativos à Amazônia, meio ambiente, trabalho escravo e conflitos sociais. É autora dos livros: *Conflito no Araguaia* (Vozes, 1987); e *Escravos da Desigualdade* (CEDI/KOINONIA, 1994).

NÉSTOR COHEN

Professor titular de la Carrera de Sociología da Universidad de Buenos Aires -UBA e Pesquisador do Instituto de Investigaciones Gino Germani-UBA. Doutor em Ciências Sociais pela Universidad de Buenos Aires (UBA). Autor de livros e artigos sobre discriminação étnica, diversidade cultural e metodologia da pesquisa social.

PAULO HENRIQUE MARTINS

Doutor em Sociologia pela Universidade de Paris I, Professor Titular do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Bolsista 1B do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Presidente da Associação Latino-Americana de Sociologia (ALAS), período 2011-2013. Tem contribuído para difundir os estudos sobre a dádiva e a pós-colonialidade no Brasil e na América Latina, sobretudo nos temas do desenvolvimento, da democracia e da saúde.

POTYARA A. P. PEREIRA

Professora titular e emérita do Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS) da Universidade de Brasília (UnB). Líder do Grupo de Estudos Político-Sociais (POLITIZA - PPGPS/SER/UnB). Vice-coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Política (NEPPOS), do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM), da UnB e pesquisadora 1 B do CNPq. Desenvolve estudos nas áreas de Serviço Social e Política Públicas, principalmente com os temas: política social, necessidades humanas, questão social e direitos de cidadania.

RENATO BOSCHI

PhD em Ciência Política, Michigan State University. Foi professor titular do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (DCP-UFMG), atualmente aposentado. Desde 2010 é professor do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ) após ter atuado como pesquisador e professor do IUPERJ por 40 anos. Coordenador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (INCT-PPED) e do Núcleo de Estudos do Empresariado, Instituições e Capitalismo (NEIC).

RENATO FRANCISCO DOS SANTOS PAULA

Doutor em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Goiás (UFG). Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre “Estado, Desenvolvimento e Desigualdade” (GEPEDD/UFG). Assessor da Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2005-2012) e Vice-Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS - 2010/2012).

ROBERTO VÉRAS DE OLIVEIRA

Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professor permanente no Programa de

Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Coordena o Grupo de Pesquisa Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas (TDEPP/UFCG).

RODRIGO SALLES P. DOS SANTOS

Doutor em Ciências Humanas – Sociologia, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor adjunto da Universidade Federal Fluminense (UFF) – com estágio sandwich na School of Social Sciences, Cardiff University. Atua na área de sociologia econômica e do desenvolvimento econômico e regional nos seguintes temas de pesquisa: Rio de Janeiro, Amazônia Oriental, redes de produção globais, mineração e indústria siderúrgica.

ROLANDO CORDERA CAMPOS

Doutor Honoris Causa da Universidad Autónoma Metropolitana e professor emérito da Facultad de Economía, Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Coordenador do Programa Universitario de Estudios del Desarrollo; do Seminário Universitário da la Cuestión Social e do grupo Nuevo curso del desarrollo. Membro do Sistema Nacional de Investigadores - Mx, desde 2002. Colaborador semanal de *La Jornada*. Membro do conselho editorial da revista *Economía UNAM* e diretor da revista *Configuraciones*.

RÚRION MELO

Doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP) e pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). Foi Pesquisador visitante da J. W. Goethe Universität Frankfurt am Main e da Freie Universität Berlin (2007 e 2008). Coordena o Grupo de Estudos de “Política e Teoria Crítica” da USP. Desenvolve pesquisas nas áreas de teoria política contemporânea e teoria social.

RUTHY NADIA LANIADO

Professora do Departamento de Sociologia da Universidade Federal da Bahia, pesquisadora associada do LABMUNDO/UFBA e pesquisadora do CNPQ. Ph.D. em Ciência Política pela Universidade de Essex, pós-doutorado no Centro de Estudos Latino Americano da Universidade de Cambridge e no Centro de Estudos de Relações Internacionais do Institut d’Etudes Politiques (Sciences-po) – Paris. Áreas de estudo e pesquisa: Sociologia Política; Estado e Governo; segurança pública; Sociologia das relações internacionais; ação coletiva e movimentos sociais; justiça, direitos humanos no Brasil e internacional.

SONIA ROCHA

Economista pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), com doutorado pela Universidade de Paris 1 (Panthéon-Sorbonne). Pesquisadora aposentada do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Consultora de projetos de monitoramento anti-pobreza no Brasil e na América Latina. Foi *Visiting scholar* na

University of Oxford (Inglaterra), e na University of Stanford (EUA). É titular da Cátedra Sergio Buarque de Holanda, da École de Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS), Paris-França; pesquisadora do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS) e pesquisadora sênior do CNPq.

STELLA M. L. B. SENES

Professora do curso de Serviço Social do Instituto de Psicologia, da Universidade Federal da Bahia (IPS/UFBA). Integra a equipe de pesquisadores do Projeto “Dicionário de Desenvolvimento e Questão Social” do Centro de Recursos Humanos (CRH/UFBA). Desenvolve estudos sobre trabalho e políticas sociais na área da infância e adolescência. Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

TÂNIA FRANCO

Doutora em Ciências Sociais, com graduação em Economia, Medicina e Mestrado em Ciências Sociais pela UFBA. Pesquisadora aposentada do Centro de Recursos Humanos da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (CRH/FFCH/UFBA). Desenvolve pesquisas no campo interdisciplinar de trabalho, saúde e meio ambiente.

TIAGO NERY

Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Estado do Rio de Janeiro (EPPGG-RJ). Mestre em relações internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Doutorando em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).

COLEÇÃO TRABALHO E CONTEMPORANEIDADE

Direção: Jacob Carlos Lima, Iram Jácome Rodrigues, José Ricardo Ramalho

Títulos publicados:

Desfile na avenida, trabalho na escola de samba – a dupla face do carnaval, de Leila Maria da Silva Blass

Ligações perigosas – trabalho flexível e trabalho associado, de Jacob Carlos Lima (org)

Trabalho e sindicato em antigos e novos territórios produtivos – comparações entre o ABC Paulista e o Sul Fluminense, de Iram Jácome Rodrigues e José Ricardo Ramalho (orgs.)

Trabalhismo, círculos operários e política – a construção do sindicato de trabalhadores agrícolas no Brasil (1954 a 1964), de Leila de Menezes Stein

Viver por um fio – pobreza e política social, de Anete Brito Leal Ivo

Tempos de trabalho, tempos de não trabalho – disputas em torno da jornada do trabalhador, de Ana Claudia Moreira Cardoso

Entre desalento e invenção – experiências de desemprego e desenraizamento em São Paulo, de Fabiana Jardim

Entre a solidariedade e o risco – sindicatos e fundos de pensão em tempos de governo Lula, de Maria A. Chaves Jardim

Global e local: o pólo automobilístico de Gravataí, de Sandro Ruduit Garcia

O trabalho reconfigurado – ensaios sobre Brasil e México, de Marcia de Paula Leite e Angela Maria Carneiro Araújo

Em busca do “novo” – intelectuais brasileiros e movimentos populares nos anos 1970/80, de Marco Antonio Perruso

Jovens na transição escola-trabalho – tensões e intenções, de Gisela Lobo Baptista Pereira Tartuce

Sindicalismo e democracia no Brasil – Do novo sindicalismo ao sindicato cidadão, de Roberto Vêras de Oliveira

Terra, trabalho e poder – Conflitos e lutas sociais no Maranhão contemporâneo, de Marcelo Sampaio Carneiro

Dicionário temático – Desenvolvimento e questão social: 81 problemáticas contemporâneas, de Anete B. L. Ivo (coord.)



Caro Leitor,

Agradecemos pela aquisição desta publicação da Annablume Editora.

Desde 1993, a Annablume edita ensaios e textos acadêmicos sobre os mais diversos temas ligados às Humanidades.

Gostaríamos de mantê-lo atualizado sobre nossos lançamentos, eventos, reedições e promoções nas áreas de seu interesse.

Basta acessar o nosso site (www.annablume.com.br), informar seus dados na seção *Cadastre-se* e selecionar os assuntos sobre os quais você deseja receber informações.

Obrigado e até breve!

José Roberto Barreto Lins
Editor



www.annablume.com.br

